

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONSELHEIRO LAFAIETE – ESTADO DE MINAS GERAIS.**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2022

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE
UNIFORMES GERAIS.**

PONTE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o número 18.466.668/0001-94, por seu representante legal FERNANDO DOS SANTOS PONTE portador do RG ° 29.108.378 SSP/SP e CPF nº 281.310.498-17, brasileiro solteiro, tendo como endereço eletrônico: f.ponte@uol.com.br, situada à Rua Bonfa Natale, nº 1949, sala 01 Bairro Santos Dumont, CEP: 15020-130, São José do Rio Preto/SP, nos termos do artigo 109, inciso I alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições aplicáveis, por seu representante legal abaixo assinado, apresentar **recurso contra a inabilitação**, na licitação em epígrafe, fazendo-o com fundamento nas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

I – RESUMO DOS FATOS

PONTE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o número 18.466.668/0001-94, por seu representante legal FERNANDO

DOS SANTOS PONTE portador do RG ° 29.108.378 SSP/SP e CPF nº 281.310.498-17, brasileiro solteiro, tendo como endereço eletrônico: f.ponte@uol.com.br, situada à Rua Bonfa Natale, nº 1949, sala 01 Bairro Santos Dumont, CEP: 15020-130, São José do Rio Preto/SP foi vencedor na licitação em curso no Município de Potim/PA, Pregão Eletrônico nº 043/2022, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de uniformes gerais.

Esta empresa, ora recorrente, saiu vencedora do certame, apresentando o melhor preço para o objeto licitado, ficando claro o atendimento do princípio da economicidade a que se deve observar o rito de compra da Administração Pública.

Contudo, a seu prejuízo, foi declarada a sua inabilitação no processo pela NÃO APRESENTAÇÃO de Certidão de Débito Imobiliários.

Contudo, a declaração de tal irregularidade não deve prosperar haja vista que a certidão em questão apenas pode ser solicitada no site da prefeitura com número de registro do imóvel, deste modo como a empresa não possui, imóveis resta impossibilitada.

Eis a razão do presente recurso contra a decisão de inabilitação, qual seja, solicitar ao Pregoeiro e à Autoridade Superior da Administração que recebam o presente recurso, por tempestivo e deem provimento ao solicitado, que é reverter a decisão, habilitando a licitante por apresentar as condições necessárias. Fazendo assim prevalecer a finalidade do processo licitatório, que é ter o registro de melhor preço para compras futuras e parceladas dos uniformes gerais.

II – RAZÕES DE PROCEDÊNCIA DO RECURSO

Nobres Julgadores, primeiramente vale expor que foi juntada o protocolo de solicitação junto a prefeitura de forma presencial da certidão de regularidade de débitos imobiliários, que segue anexa a este pedido, comprovando, assim, a regularidade da licitante com os impostos municipais imobiliários.

Não é razoável aceitar que por um excesso de zelo da licitante e uma inconsistência do sistema da Prefeitura de São José do Rio Preto-SP, de não emitir certidão imobiliária, que o erário público seja prejudicado, deixando se aproveitar de melhor proposta para suas compras programadas.

Vejamos o que diz:

“ Acórdão 966/2022 (Relator Ministro Benjamin Zymler)

Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Juntada. Princípio da isonomia.

É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes.

No presente caso é flagrante o prejuízo ao erário público, bem como ao licitante de boa-fé, o que por si só basta para a revisão da inabilitação do licitante, sendo declarada sua habilitação, em atendimento das regras do edital e as normas e princípios da Administração Pública.

O Tribunal de Contas da União decidiu no mesmo sentido, para a prevalência dos fins sobre os meios:

“Acórdão n. 1211/2021-P, TCU, ementa:

1. **Admitir a juntada** de documentos que apenas venham a **atestar condição pré-existente** à abertura da sessão pública do certame **não fere os princípios** da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).
2. **O pregoeiro**, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, **deve sanear** eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que **a vedação à inclusão de novo documento**, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.”**

Partindo-se da compreensão de que o objetivo maior do procedimento licitatório é a consecução do interesse público aliada à observância dos primados da isonomia e igualdade de tratamento e condições entre os participantes, há que se conferir uma interpretação finalística e legitimadora ao texto insculpido no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93.

Em outras palavras, não está o §3º, art. 43, da Lei nº 8.666/93, em sua parte final, vedando toda e qualquer possibilidade de juntada posterior de documento. O que dali se entende, dentro de uma visão consentânea com o interesse público e com a finalidade da contratação, é que não será permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se após a realização da sessão de licitação. Ai sim haveria burla ao procedimento e quebra do princípio da isonomia e igualdade de tratamento¹.

Os Tribunais de contas pelo país bem como grande parte do Poder Judiciário nacional têm entendido que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade, onde o que é mais importante é cumprir uma etapa definida em edital, sem considerar sua razão maior que é conseguir o melhor preço para a Administração Pública²

III – NECESSIDADE DE SUSPENSÃO IMEDIATA DO TRÂMITE DA LICITAÇÃO

¹ AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. Princípio da juridicidade x princípio da legalidade estrita nas licitações públicas.. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2366, 23 dez. 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14065>>. Acesso em: 20 ago 2022..

² Nesse sentido: STF - RMS 23.714/DF; STJ - ROMS 200000625558 e STJ - MS 199700660931.

No caso em apreço, diante do exposto, verifica-se a presença dos requisitos para determinar a suspensão do processo licitatório, na etapa em que se encontra até a análise dos fatos aqui alegados, para evitar a prática de atos que serão nulos após a procedência do presente recurso.

IV – REQUERIMENTOS

Diante do exposto, **REQUER:**

Seja recebido o presente recurso, seja declarada A IMEDATA SUSPENSÃO DO PROSSEGUIMENTO DO CERTAME, em razão da ameaça de grave lesão ao erário e ao direito acima ressaltado, permanecendo paralisado até decisão final dessa Administração em relação ao presente expediente; E,

Seja apreciado o mérito do presente recurso e, sejam acatados os documentos aqui apresentados, declarando o recorrente como habilitado prosseguindo com os próximos atos figurando como vencedor do certame.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

São José do Rio Preto – SP, 24 de outubro de 2022.

PONTE
COMERCIO
IMPORTACAO E
EXPORTACAO
LTDA:18466668
000194

Assinado de forma
digital por PONTE
COMERCIO
IMPORTACAO E
EXPORTACAO
LTDA:184666680001
94
Dados: 2022.10.24
14:04:06 -03'00'

**PROTOCOLO**

2022000319458



POUPATEMPO
Prefeitura SJRP
Recebido em:
Ass: [assinatura]

CADASTRO:		PROTOCOLO:	2022000319458
DATA DE ENTRADA:	19/10/2022		
NÚMERO DA CERTIDÃO	002216/2022		
INTERESSADO:	FERNANDO DOS SANTOS PONTE		
UNIDADE DE ORIGEM:	Departamento de Atendimento Fazendário		
SERVIÇO:	Certidão Negativa de Débitos		
DESCRIÇÃO	CERTIDÃO MOBILIARIA E IMOBILIÁRIA PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÕES.		

Consulte o andamento do seu pedido pelo site: www.riopreto.sp.gov.br - Transparência – Consulta Protocolos ou Menu Cidadão – Consulta Protocolos.

Número Protocolo: 2022000319458

Situação: EM_ANDAMENTO

Último Despacho: Em Andamento

Data de Emissão: 21/10/2022 14:09:38

DATA	ANDAMENTO
19/10/2022 13:51:58	ENCAMINHOU PARA->Departamento de Controle e Distribuição de Protocolo
20/10/2022 10:42:45	RECEBEU DE->Departamento de Controle e Distribuição de Protocolo
20/10/2022 10:42:59	ENCAMINHOU PARA->Departamento de Dívida Ativa
21/10/2022 10:16:12	RECEBEU DE->Departamento de Dívida Ativa

ASSINATURAS:

TIPO	DATA	NOME
------	------	------